



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0282231-1**

**Embargante: Estado de Pernambuco.**

**Procurador: Djalma Alexandre Galdino.**

**Embargado: Wellington Alves de Farias.**

**Advogado: Iandy Medeiros de Oliveira.**

**RELATOR: José Ivo de Paula Guimarães**

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUTOR PORTADOR DE ESPONDILITE ANQUILOSANTE DIAGNOSTICADA POR MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO, O QUAL ATESTA TRATAR-SE DE ENFERMIDADE QUE DETERMINA A INVALIDEZ. ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 10 DA LEI Nº 13.264/2007. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC.
2. A decisão impugnada enfrentou a matéria posta em debate com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia, oportunidade em que foi proferido entendimento segundo o qual o atestado fornecido pelo médico da Corporação deve ser levado em consideração, no presente caso, como forma de manter o entendimento defendido no *decisum* recorrido no sentido de que o autor/embargante é portador de doença que determina a invalidez, atendendo ao disposto no art. 10 da Lei nº 13.264/2007.
3. Demais disso, é sabido que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que entender necessários ao deslinde da causa, e a dizer o



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

direito conforme a legislação que considerar aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, como foi feito na presente hipótese.

4. Aclaratórios conhecidos tão somente para fins de prequestionamento da matéria ventilada, mas improvidos de forma unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0282231-1, em sessão realizada no dia 21/03/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em dar-lhe provimento parcial, de forma unânime, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.I.

Recife, 21/03/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0282231-1**  
**Embargante: Estado de Pernambuco.**  
**Procurador: Djalma Alexandre Galdino.**  
**Embargado: Wellington Alves de Farias.**  
**Advogado: Iandy Medeiros de Oliveira.**  
**RELATOR: José Ivo de Paula Guimarães**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração em face de acórdão proferido em sede de Reexame de Ofício e Apelação Cível, o qual deu provimento ao Reexame Necessário apenas para modificar a sentença recorrida quanto ao valor fixado a título de honorários advocatícios, prejudicado o apelo voluntário.

Em suas razões (fls. 103/104), sustenta o embargante, em síntese, que para o embargado poder usufruir do SISMEPE deve ter sido considerado definitivamente incapaz por Junta Especial de Saúde da PMPE, não sendo válidos, para tanto, laudos de outros médicos que não façam parte da referida junta.

Aduz que o embargado, ao ser avaliado pela Junta Especial de Saúde, fora julgado capaz, não dependente da ajuda de terceiros, tendo sido atestado que o mesmo *apresenta limitação física de movimentos de coluna que não o impede de locomover-se sozinho* (fl.20).

Acrescenta, ainda, que o laudo emitido pelo médico da corporação não se mostra apta à declaração de incapacidade permanente do embargado, tendo em vista que a legislação em vigor exige, para tal mister, a expedição de laudo por junta militar de saúde.

Requer, ao final, o provimento dos presentes aclaratórios com efeitos modificativos para reforma do acórdão recorrido, julgando-se improcedentes os pedidos iniciais.

P.I.

Recife, 21 / 03 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães- Relator.**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração nº 0282231-1**  
**Embargante: Estado de Pernambuco.**  
**Procurador: Djalma Alexandre Galdino.**  
**Embargado: Wellington Alves de Farias.**  
**Advogado: Iandy Medeiros de Oliveira.**  
**RELATOR: José Ivo de Paula Guimarães**

**VOTO**

Constituem os Embargos de Declaração, na forma como previsto no art. 535, I e II, do CPC, recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada, sendo, em face de construção jurisprudencial, admissível contra decisões em sentido amplo.

Em regra, não possuem os aclaratórios caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, servindo-se tal instrumento recursal a viabilizar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

O acórdão embargado foi lavrado nos seguintes termos:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. REEXAME DE OFÍCIO E APELAÇÃO CÍVEL. AUTOR PORTADOR DE ESPONDILITE ANQUILOSANTE DIAGNOSTICADA POR MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO, O QUAL ATESTA TRATAR-SE DE ENFERMIDADE QUE DETERMINA A INVALIDEZ. ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 10 DA LEI Nº 13.264/2007. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXCESSO



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

CONSTATADO. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE  
PROVIDO APENAS PARA REDUZIR O MONTANTE FIXADO A  
TÍTULO DE HONORÁRIOS, PREJUDICADO O RECURSO  
VOLUNTÁRIO. DECISÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. *In casu*, restou constatado que o autor, ora apelado, é portador de grave enfermidade na coluna vertebral denominada Espondilite Anquilosante, tendo tal moléstia sido constatada por médico do Centro Médico- Hospitalar da Corporação, o qual declara que a doença em questão, dada sua gravidade, enquadra-se no rol daquelas que determinam invalidez (fl.20).
2. A esse respeito, sustenta o apelante que o reconhecimento da invalidez, para fins do disposto na Lei nº 13.264/2007, deve ser declarado exclusivamente por Junta Especial de Saúde, não valendo, para tal, outros laudos médicos.
3. Ocorre que o próprio médico da Corporação atestou a existência de doença incapacitante, o que deve ser levado em consideração no presente caso, como forma de manter o entendimento defendido no *decisum* recorrido.
4. No que pertine aos honorários advocatícios, é cediço que, nas causas de pequeno ou grande valor, bem como nas execuções, embargadas ou não, o arbitramento das verbas honorárias dever ser feito mediante apreciação equitativa do magistrado, na forma do disposto no art. 20, §4º, do CPC, atendidas as normas contidas nas alíneas do parágrafo antecedente, não se submetendo o julgador aos parâmetros percentuais indicados no §3º, podendo ser estipuladas, inclusive, aquém ou além daqueles limites, bem como em valor certo, não percentual.
5. Desta feita, considerada a natureza da causa e, sobretudo, o valor da execução, considerou-se como mais justa e bem dosada a fixação dos honorários em R\$ 2.000,00 (dois mil) reais.
6. Reexame Necessário parcialmente provido, prejudicado o recurso voluntário, apenas para reduzir o valor fixado a título de honorários advocatícios.

Inequívoca, portanto, a abordagem deste julgador, de todos os aspectos relevantes para o deslinde da demanda, não havendo que se cogitar das hipóteses de omissão, contradição e



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

obscuridade, as quais, ressalte-se, não foram sequer apontadas pelo Embargante em sua petição.

O que transparece, em verdade, é a manifesta intenção do embargante de rever o mérito do julgado, vez que não se conforma com o que fora decidido.

Se porventura pretende o embargante modificar o acórdão hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo no reexame ora postulado, em sede de Embargos de Declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria discutida, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 21 / 03 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator.**